



IDHAL
PUCP



DICASTERIO PARA EL SERVICIO
DEL DESARROLLO HUMANO INTEGRAL

DOCUMENTO

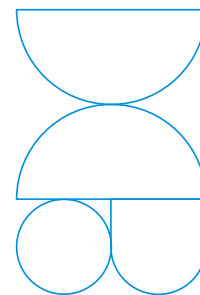
AMÉRICA LATINA E CARIBE PÓS COVID-19:

*Preparando o futuro para uma maior humanização
enfrentando a indiferença*



Comisión Vaticana COVID-19:

Task Force
América Latina



Libro electrónico de acceso libre disponible en:

<https://www.pucp.edu.pe/idhal/publicacion/america-latina-e-caribe-pos-covid-19-preparando-o-futuro-para-una-maior-humanizacao-enfrentando-a-indiferencia/>

América Latina e Caribe pós COVID-19: Preparando o futuro para uma maior humanização enfrentando a indiferença

Task Force Latinoamérica

© Pontificia Universidad Católica del Perú, 2022

Instituto de Desarrollo Humano de América Latina

Av. Universitaria 1801 San Miguel, Lima - Perú

T. (511) 626-2000

E. <idhal-pucp@pucp.edu.pe>

W: <www.pucp.edu.pe/idhal/>

Título original: América Latina y el Caribe tras el COVID-19: preparando el futuro hacia una mayor humanización enfrentando la indiferencia

Traducción al portugués: Atahualpa Pérez Blanchet

Maquetación: Franco Rucabado

Hecho el Depósito Legal en la Biblioteca Nacional del Perú N° 2022-08107

ISBN: 978-612-48293-9-0

Primera edición digital: agosto 2022



Esta obra está sujeta a la licencia Creative Commons - Attribution 4.0 International - CC BY. Derechos reservados. Se autoriza la reproducción de este documento por cualquier medio, siempre y cuando se haga referencia a la fuente bibliográfica.

ÍNDICE

2

Resumo

4

Introdução

10

Aproximações ao
desenvolvimento
humano integral

14

Estratégias de
saída à situação
latino-americana

33

Conclusões

35

Notas



AMÉRICA LATINA E CARIBE PÓS COVID-19:

*Preparando o futuro para uma maior humanização
enfrentando a indiferença*

Task Force **Latinoamérica**

Equipe Ejecutiva



Javier Iguñiz
Diretor Ejecutivo



Nelson Villarreal
Coordenador Regional

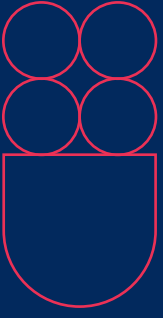


Elena Caballero
Coordinadora PUCP

RESUMO

Este documento visa realizar o diagnóstico da situação na América Latina e mapear uma série de estratégias de saída para a crise acentuada pela pandemia. Os produtos apresentados foram elaborados a partir do diálogo de duas correntes conceituais: o pensamento social da igreja e a abordagem das capacidades de Amartya Sen. Entre as conclusões alcançadas, destacam-se: (i) a necessidade de promover e garantir a continuidade de sistemas de saúde universais, gratuitos e de qualidade, (ii) mecanismos institucionais eficazes para fornecer alimentos à população de menor poder aquisitivo e (iii) oportunidades de trabalho adequadamente remuneradas para prover-se dos itens essenciais adicionais.

Palavras chave: COVID-19, desenvolvimento humano integral, pensamento social da igreja, abordagem das capacidades, América Latina





I.

INTRODUÇÃO

A solicitação do Dicastério para o Serviço de Desenvolvimento Humano Integral, por meio da Comissão Vaticano COVID-19, para *preparar o futuro*¹ na América Latina e no Caribe tem como cenário um profundo conflito entre a humanização e a indiferença². Analisando em perspectiva, é possível reconhecer a solidez do processo de humanização, mas também das raízes e força da indiferença, que dificultam a luta pela vida de grande parte da população latino-americana. Embora essa indiferença já fosse evidenciada pela enorme desigualdade de renda e pela falta de acesso a serviços públicos de qualidade, a pandemia de COVID-19 revelou outra clássica faceta especialmente dolorosa: o desamparo em situações de vida ou morte.

Nos últimos cinco anos, gradativamente, foram surgindo novas formas de olhar a realidade da América Latina, apoiadas no reconhecimento da importância do processo de humanização em curso, irreversível e sem intercorrências. Esse processo libertador promove, conquista avanços e se concretiza no campo do prolongamento da vida da maioria (por exemplo, na expectativa de vida ao nascer), no aumento secular da alfabetização e com ela a possibilidade de comunicar formas crescentes e variadas, na reivindicação pelo tratamento digno e inalienável, na exigência do reconhecimento de todos os direitos de cidadania

“Esse processo libertador promove, conquista avanços e se concretiza no campo do prolongamento da vida da maioria.”

e na crescente consciência do valor da natureza para além do uso instrumental.

Esta humanização colide frequentemente com a aquiescência relutante e pendular das elites políticas e econômicas, assim como com a resistência e mesmo violência daqueles que sentem estar em perigo o seu estatuto de privilégio e riqueza. Enquanto nas últimas décadas o neoliberalismo colocou os aspectos econômicos do progresso humano no mais alto nível e promove a mercantilização das relações sociais, há duas tendências tão laicas e irreversíveis quanto a humanização, porém com sinais opostos: o impacto gerado pela atividade humana sobre o delicado equilíbrio entre a humanidade e a natureza e a ampliação das brechas do PIB per capita entre os países ricos e os países latino-americanos.

Na América Latina, a humanização convive com a ganância de obter e acumular riquezas, com a degradação ambiental da Amazônia e com a marginalização econômica entre os países. A exploração e apropriação dos bens da natureza, inevitavelmente, viabilizam graves danos à liberdade e dignidade das pessoas que habitam o território, hoje vítimas de violência, exclusão, criminalização e morte³. De forma preocupante, os grandes fenômenos migratórios que são acelerados pelos danos à terra também coexistem com uma crescente indiferença ao desamparo, este último mais evidente nos extremos marginais e suburbanos. “Não há duas crises separadas”, afirma o Papa Francisco, mas apenas uma: a interação entre ecossistemas e mundos de referência social torna impossível ignorar a dimensão ambiental nos esforços para melhorar as condições de vida dignas na América Latina.

Ao impacto ambiental e à indiferença internacional para com a América Latina e sua marginalidade econômica devem ser somadas as clássicas desigualdades dentro dos países latino-americanos. Dentro delas, a enorme desigualdade econômica é agravada e prejudicada pelas tentativas e avanços de mercantilização dos serviços básicos e da proteção social, bem como pela depredação dos recursos naturais, com impacto sobre os mais pobres. O abandono social de grande parte da população de muitos dos países e a precarização do emprego formal e informal na ausência de

“Na América Latina, a humanização convive com a ganância de obter e acumular riquezas, com a degradação ambiental da Amazônia e com a marginalização econômica entre os países.”

na ausência de direitos sociais universais acentuam as vulnerabilidades e contribuem para deslegitimar moralmente as elites econômicas e políticas do continente.

A experiência do COVID-19 na América Latina mostrou experiências impressionantes de dedicação generosa e solidária, mas também um tipo radical de indiferença expressada pelo desamparo sofrido por milhões de pessoas quando o apoio público era mais necessário. As piores taxas de mortalidade como resultado da pandemia foram as da região.

Quanto aos fundamentos do desamparo humano — ou, em termos semelhantes, da rejeição, insignificância ou invisibilidade social de pessoas ou grupos — há muito que fazer. Uma forma de especificar a responsabilidade que nós humanos assumimos em relação aos outros é lembrar o alcance limitado do compromisso constitucional de nossos países no que diz respeito ao direito a uma vida digna. Nas constituições liberais, com todo o inestimável progresso em termos de liberdade que isso significou para a convivência social e a democracia vis-à-vis as relações de servidão ou escravidão e outros tipos de sujeição arbitrária pré-existente (por exemplo, por gênero, raça, etc.), delimita-se precisamente o limite desse compromisso e, assim, a legitimidade da indiferença.

Quando se diz no direito das leis que “todos têm direito à vida” está na verdade afirmando que toda pessoa que alcança as condições de viver em sua luta para alcançá-las tem o direito de que ninguém as tire. Mas não se afirma que a sociedade se compromete a fornecer os recursos que lhe permitem viver. “Não há lei contra a fome”, apontaram Drèze e Sen em 1989⁴ em relação ao fenômeno da fome. De fato, nenhuma lei é violada quando alguém não obtém recursos para comprar os medicamentos essenciais para curar e prolongar sua vida. O compromisso social estabelecido como regra de convivência é que a sociedade proteja a vida de quem a conquistou, geralmente no mercado, e não a vida de quem não a conquistou. Tampouco se trata de perda de direitos quando o mercado reduz radicalmente o valor do serviço que alguém pode oferecer ou não possui outros tipos de proteção social.

“A falta de moradia, tão massivamente trágica durante a pandemia de COVID-19 na América Latina pode ser facilmente vista e sentida a partir de uma atitude de indiferença:”

A falta de moradia, tão massivamente trágica durante a pandemia de COVID-19 na América Latina, equivalente em danos a muitas das fomes do mundo, pode ser facilmente vista e sentida a partir de uma atitude de indiferença: como uma fatalidade que se poderia ter evitado, mas a sociedade não predispõe fazer isso. Daí deriva o caráter de "heróis e heroínas" atribuído àqueles que, superando o que é exigido por lei, se entregaram ao serviço dos outros.

A desumanização que alimenta a indiferença não consegue reverter nem o esforço microscópico e silencioso das famílias em que a gratuidade e a tenacidade persistem para manter intactos seus laços e apoio mútuo, nem as conquistas sociais que, como cidadãos, alcançam nos processos democráticos da região. Embora a conformidade com a situação seja muito ampla, também estimula a rebelião e o protesto; ainda mais quando as diferenças na qualidade da saúde, educação e outros serviços de proteção social estão escandalosamente associados ao poder de compra. A Igreja latino-americana, sobretudo desde os antecedentes e após a Assembleia de Medellín, não tem sido alheia à promoção e análise dos avanços e resistências encontrados no continente. A presença de muitos mártires conhecidos e desconhecidos atesta isso. A mensagem libertadora que promove contribui para vislumbrar novas abordagens e melhores soluções para desafios que continuam enormes e que continuam a mostrar a violência estrutural denunciada em Medellín. Hoje seu olhar continua sendo necessário para a geração de uma nova e necessária análise, que dê conta da tensão entre humanização e emancipação, da qual os cidadãos reivindicam diante do desamparo cotidiano e da indiferença social que se espalha abertamente por meio de uma pregação incessante em favor da mercantilização de todas as relações humanas.

“A Igreja latino-americana não tem sido alheia à promoção e análise dos avanços e resistências encontrados no continente. Hoje seu olhar continua sendo necessário.”

De resto, a pandemia do COVID-19 é também uma oportunidade para repensar como sociedade o futuro que se deseja para a América Latina, partindo da súbita e irrevogável incerteza diante da vida sentida até mesmo por setores da população distantes da precariedade e da pobreza econômica. Dada a dimensão social do desamparo radical sofrido e da súbita desestruturação laboral vivida nos momentos

I. INTRODUÇÃO

mais críticos da pandemia, é possível imaginar que a lição sobre a atual desordem e iniquidade tenha sido aprendida e que, como se depois de uma espécie de desconhecimento sobre o local que será tratado no futuro, podemos começar a repensar uma alternativa de mudança e proteção social igualitária⁵. Realizar um projeto dessa natureza certamente representa um desafio, impulsionado não apenas por aspectos logísticos e materiais, mas também por antigas e conhecidas resistências, oriundas da indiferença social cultivada pelo neoliberalismo. Este trânsito dramático, de luzes e sombras, ocorre dentro do impulso humanizador que consideramos caracterizar a região.

No contexto descrito, o trabalho da Task Force Latin America tem como objetivo promover o processo de humanização e enfrentar o desamparo e a desigualdade na região. Este documento se propõe a fazer um diagnóstico da situação da América Latina nas dimensões de saúde, segurança alimentar e emprego, e mapear uma série de estratégias de saída para a crise acentuada pela pandemia. Os resultados apresentados foram elaborados a partir do diálogo de duas correntes conceituais, que em seu encontro complementam criativamente a forma de abordar o futuro: o pensamento social da Igreja e a abordagem de capacidades de Amartya Sen. A partir desse quadro conceitual, oriundo de um velho economicismo determinista, é preciso lembrar, como será indicado, que o progresso humano, a humanização, avança na América Latina sem necessariamente esperar pelo crescimento prévio da economia. Isso é, antes, uma consequência de aspirações de liberdade em várias dimensões da vida que surgem na população muito antes de atingir o poder aquisitivo que permite o acesso comercial a serviços públicos como os relacionados à saúde, alimentação e trabalho. Não há como ignorar o caminho da humanização para a mudança da economia.





II.

APROXIMAÇÕES AO DESENVOLVIMENTO HUMANO INTEGRAL

Hoje, temos dezenas de análises por ano de organismos multilaterais ou entidades acadêmicas, que emitem relatórios detalhados e muito úteis sobre a realidade da América Latina. Embora haja muita comunicação entre eles, eles geralmente enfatizam algum aspecto específico que corresponde ao seu campo de responsabilidade: economia⁷, trabalho⁸ ou alimentação e agricultura⁹. Com uma visão mais abrangente, a proposta de desenvolvimento humano destaca o caráter multidimensional da pessoa e estabelece um diálogo e complementaridade com o discurso dos direitos humanos, dos objetivos do milênio, do desenvolvimento sustentável e da felicidade¹⁰.

Em relação ao desenvolvimento humano, a abordagem das capacidades de Amartya Sen se posiciona como proposta fundadora, que começa por repensar os meios e os fins do desenvolvimento. Com uma ética centrada no valor de cada pessoa como um fim em si mesmo, a proposta de Sen coloca a liberdade e o florescimento individual como horizontes normativos.

“A abordagem das capacidades de Amartya Sen coloca a liberdade e o florescimento individual como horizontes normativos.”

II. APROXIMAÇÕES AO DESENVOLVIMENTO HUMANO INTEGRAL

Deste ponto de vista, o subdesenvolvimento compromete mais do que apenas a privação monetária. Implica também a restrição das múltiplas condições que permitem que as pessoas vivam uma vida verdadeiramente valiosa, em reconhecimento de sua diversidade e de acordo com seus valores culturais e desejos pessoais.

Quando Sen define desenvolvimento como liberdade, o que o preocupa é a ampliação dos vetores de funcionamento que possibilitam levar a vida que as pessoas desejam¹¹. Enquanto a morte representa a perda absoluta da liberdade humana, são elementares as capacidades que se referem à possibilidade de subsistência e, a partir daí, aquelas que possibilitam múltiplos vetores de funcionamento: educação, alteridade, democracia, entre outros. Desse deslocamento para a centralidade da pessoa, a necessidade de conceber aspectos como o nível de renda ou a própria ingestão calórica surge como um dos meios necessários para superar situações de pobreza e desamparo. Variáveis como a disponibilidade real de recursos, a agência individual e coletiva dos indivíduos e suas comunidades, ou as normas sociais que sustentam a demanda por insumos ganham a relevância que merecem.

“Através da integralidade, a Igreja sente-se chamada a envolver-se no progresso dos povos e a fazer uma "opção preferencial pelos pobres".

Por sua vez, a análise da realidade a partir da noção de *desenvolvimento humano integral e de solidariedade* é hoje um dos fundamentos da reflexão teológica e pastoral da Igreja¹².

A partir do pensamento social da Igreja, o compromisso com a integralidade afirma a existência de uma única história, num plano em que convergem o mundano e o divino, e que finalmente coloca a salvação da humanidade também no agora como sinal dos tempos. Este processo implica necessariamente o trânsito da humanidade em direção à sua humanização, com destino final no reconhecimento e união com a transcendência. Assim, a ênfase é colocada na vida dedicada ao serviço do insignificante para a sociedade, o invisível e fácil de descartar. Através da integralidade, a Igreja sente-se chamada a envolver-se no progresso dos povos e a fazer uma "opção preferencial pelos pobres". A rejeição dessa preferência, pessoalmente, na sociedade e na Igreja, é indiferença em geral. Destacamos, porém, a existência de dois fatos densos

II. APROXIMAÇÕES AO DESENVOLVIMENTO HUMANO INTEGRAL

e multiformes: o desamparo e a desigualdade.

Esse olhar envolve a confirmação do mínimo de vida e a liberação de situações que ameaçam a dignidade da pessoa, e demarca a passagem de condições menos humanas para condições mais humanas¹³. A humanização é um processo amplo em dimensões e profundo em níveis. Uma das formas de capturar esta realidade em curso é como um processo de libertação: (i) libertação de situações de opressão, (ii) libertação de tudo o que ameaça a dignidade humana (por exemplo, fome, ignorância, desamparo) e (iii) libertação do pecado, entendido como a origem de todas as injustiças¹⁴.

Nas palavras do Cardeal Michael Czerny:

A libertação, associada ao desenvolvimento integral, é entendida como uma ação pela qual a totalidade de seu ser é devolvida ao homem, sem dicotomias de qualquer espécie, entre um mundo 'espiritual' e outro 'material'.¹⁵

A partir do reconhecimento de uma história única, concorda-se que há três conotações de integralidade nas quais se fundamenta a proposta de desenvolvimento humano integral: (i) o reconhecimento do "homem inteiro", em sua riqueza, complexidade e multidimensionalidade; (ii) atenção a "todos os homens"¹⁶, pelo exercício da solidariedade e do dever de não deixar ninguém para trás, e (iii) o compromisso com o aspecto "sustentável" da vida humana, em plena consciência da indivisibilidade do homem com o resto da criação¹⁷.

A responsabilidade de promover o desenvolvimento a partir do seu sentido *integral e solidário* recai sobre a ação concertada de múltiplos e muito diversos atores. Destacou-se o papel dos poderes públicos como conciliadores centrais, "necessários para 'incentivar, estimular, coordenar, suprir e integrar' a ação dos particulares e dos organismos intermédios"¹⁸. Além disso, reafirma-se o protagonismo da pessoa e de suas comunidades no caminho da humanização. De sua dignidade transcendente emerge uma vocação humana que abriga o "desejo constitutivo de ser mais": cuidar da criação e buscar o bem-estar de todos os homens, em sua riqueza e diversidade¹⁹. De voltar-se para o outro, *do qual e para o qual se é*²⁰. Francisco nos recorda que o conceito de irmão

não deve se restringir ao vínculo de sangue, mas deve ser estendido a cada pessoa e a cada criatura. Este exercício implica e ao mesmo tempo supera a preocupação de uma justiça redistributiva: chama em princípio a "tornar-se próximo" numa sociedade diversa e plural²¹.

“Francisco nos recorda que o conceito de irmão não deve se restringir ao vínculo de sangue, mas deve ser estendido a cada pessoa e a cada criatura.”

Ampliar o alcance dessa caridade exige colaboração e compromisso com uma nova ordem social, o trabalho que as organizações e instituições sociais estão dispostas a realizar guiadas por uma "mudança de coração"²². Certamente, "as grandes transformações não são fabricadas em mesas ou escritórios"²³. No entanto, a intimidade e tranquilidade familiar assentam em grande parte na conquista do bem-estar mínimo "sob a proteção da legalidade"²⁴. De resto, os movimentos

populares, portadores e testemunhas das feridas da humanidade, trabalham pela dignidade e melhoria das condições de vida em seus territórios e comunidades, motivados pelo "amor fraterno, que se revela contra a injustiça". Não é por acaso que a tal ponto são chamados de "semeadores de mudança" pelo Papa Francisco²⁵. A partir da proposta de desenvolvimento humano integral, se faz necessária a articulação entre múltiplos atores sob o chamado da solidariedade e da fraternidade.

Outros autores já argumentaram sobre os paralelos entre a proposta de desenvolvimento humano integral do pensamento social da Igreja e a abordagem das capacidades de Sen²⁶. Séverine Deneulin afirma especificamente sobre a complementação mútua de ambas as correntes, resgatando o caráter consultivo do ensino social na direção da construção de relações harmoniosas, nas quais a natureza se insere²⁷.

II. APROXIMAÇÕES AO DESENVOLVIMENTO HUMANO INTEGRAL

A partir desse documento, são resgatados quatro pontos de encontro fundamentais, com uma nuance norteadora: (i) a ênfase no florescimento humano e na ampliação das liberdades como finalidade do desenvolvimento, (ii) a afirmação de cada pessoa como fim, (iii) o reconhecimento da pessoa como agente de transformação e ação social e (iv) o reconhecimento da complexa interdependência entre o indivíduo, as estruturas sociais e a natureza. Levando em consideração esta reunião, será avaliada a situação da América Latina na e após a pandemia de COVID-19 e serão traçadas estratégias para sair da crise em três dimensões críticas no processo de humanização: saúde, segurança alimentar e trabalho.





III.

ESTRATÉGIAS DE SAÍDA PARA A SITUAÇÃO LATINO-AMERICANA

É comum avaliar a situação da América Latina em termos comparativos internacionais e sob uma perspectiva econômica. Uma visão integral e multidimensional da realidade permite, como alternativa, enfatizar o vínculo que muitas dimensões diferentes mantiveram durante a pandemia. A COVID-19 demonstra mais uma vez a relação intrínseca entre saúde, alimentação e trabalho na sociedade, todos atravessados pela dimensão cultural e localizados em um contexto de crescente vulnerabilidade ambiental. Na região específica, os altos saldos de mortalidade e morbidade expressaram um rápido colapso nos sistemas de saúde. Muitos países optaram por medidas severas de confinamento, sem

“A COVID-19 demonstra a relação intrínseca entre saúde, alimentação e trabalho na sociedade, todos atravessados pela dimensão cultural e localizados em um contexto de crescente vulnerabilidade ambiental.”

III. ESTRATÉGIAS DE SAÍDA PARA A SITUAÇÃO LATINO-AMERICANA

as complementar com estratégias adequadas de proteção social para os mais vulneráveis. Como resultado, uma grande porcentagem da população ficou sem renda devido à perda de seus empregos, desencadeando um rápido crescimento da fome e da desnutrição, o que, por sua vez, aumentou a vulnerabilidade ao vírus.

As respostas e propostas que surgiram de várias frentes para superar esses efeitos diferem de acordo com a instituição. Do ponto de vista do Grupo de Trabalho América Latina, mudar a direção dos crescentes mecanismos de exclusão exigirá o desenvolvimento de estratégias que permitam o envolvimento de recursos e compromissos a partir de uma mudança de abordagem. O “como fazer” as coisas nos interstícios da economia é tão importante quanto recursos e financiamentos se possuem. Ao mesmo tempo, o valor da participação e organização da população nos processos de mudança é insubstituível. Dessa forma, é possível compreender os avanços da humanização em muitos países, inclusive os muito pobres, do mundo, e sua contribuição para as múltiplas dimensões da vida realmente vivida.

“Criar as condições que facilitem possibilidades e oportunidades que perturbem as tendências de iniquidade, desigualdade de acesso e acumulação exige a sustentabilidade de um pacto social de convivência.”

Em relação aos recursos, criar as condições que facilitem possibilidades e oportunidades que perturbem as tendências de iniquidade, desigualdade de acesso e acumulação exige a sustentabilidade de um pacto social de convivência, de uma justiça fiscal distributiva que consolide uma forte reestruturação tributária. Como já debatido em espaços acadêmicos e práticos na América Latina²⁸. Em termos de recursos, criar as condições que facilitem possibilidades e oportunidades que rompam as tendências de iniquidade, desigualdade de acesso e acumulação requer a sustentabilidade de um pacto social de convivência, de uma justiça fiscal distributiva que consolide uma forte reestruturação tributária. Como já discutido em espaços acadêmicos e práticos na América Latina.

A seguir, é apresentado um diagnóstico da situação de saúde, segurança alimentar e emprego na América Latina, acompanhado de estratégias de saída para a crise e planejamento para o futuro. Cada subseção é apoiada por uma série de três

III. ESTRATÉGIAS DE SAÍDA PARA A SITUAÇÃO LATINO-AMERICANA

documentos temáticos²⁹ realizado por especialistas da região sobre os temas analisados.³⁰ Ver em detalhes a situação de cada uma dessas dimensões mostra o impacto relativamente heterogêneo do COVID-19 na América Latina. Os fatores de proteção contra os múltiplos impactos da pandemia têm demonstrado ser (i) o fortalecimento da governança nacional multissetorial; (ii) a capacidade de decidir, comunicar e implementar medidas de saúde oportunas e eficazes, seguro-desemprego ou transferências e cestas básicas; (iii) a presença de infraestrutura e serviços mínimos e sistemas de proteção social, e (iv) a participação e organização da sociedade civil. A região, embora duramente atingida pela pandemia, mostra a sua capacidade de resposta e resiliência, fortemente aliada a uma humanização em curso, vencida e liderada em muitos países pelos seus habitantes.

I. DIMENSÃO DA SAÚDE

Uma das razões para a importância do problema de saúde é que ele representa “talvez o aspecto mais crucial do bem-estar humano”³¹. Apresenta-se, portanto, como um direito moral, melhor entendido como uma capacidade: a capacidade de aproveitar a saúde representa, em um primeiro momento, ser saudável, e também estar livre de possíveis restrições ao seu exercício, seja porque não há impedimentos externos, seja por ser um agente capaz de atuar positivamente sobre as variáveis sociais da saúde.

Compreender a saúde a partir do seu vínculo com o entorno beneficia a abordagem das variáveis sociais³², em que os sistemas de saúde são reconhecidos como

“Na América Latina, os sistemas de saúde passaram por um processo de deterioração acelerada, marcado por uma prestação pública de serviços em prol da privatização.”

variáveis fundamentais. Na América Latina, os sistemas de saúde passaram por um processo de deterioração acelerada, marcado por uma prestação pública de serviços em prol da privatização. As apólices de seguro universal não foram necessariamente acompanhadas de estratégias para fortalecer a qualidade do serviço de forma descentralizada, dado seu compromisso com uma abordagem centrada no hospital. O resultado tem sido a geração de acesso desigual a sistemas de saúde de qualidade por falta de cobertura, fragmentação setorial dentro do próprio sistema de saúde e

III. ESTRATÉGIAS DE SAÍDA PARA A SITUAÇÃO LATINO-AMERICANA

segmentação social baseada na possibilidade de acesso a algum tipo de seguro privado. Tudo isso em um cenário de desigualdade estrutural, com reflexos na geração de corpos mais frágeis em segmentos mais vulneráveis.

As consequências dessas decisões, é evidente hoje, são devastadoras. Com 25,8% das mortes globais apesar de ter apenas 8,3% da população, a região se posiciona como uma das mais afetadas pela pandemia³³. A restrição orçamentária constitui um dos elementos mais influentes; no entanto, não atua isoladamente como fator causal de déficits assistenciais, desigualdade no acesso, vulnerabilidade do atendimento voltado para os mais pobres, e baixa produtividade dos serviços públicos. Combina-se, por um lado, com a hegemonia da proposta de introduzir o mercado e sua cultura contratual no atendimento aos problemas de saúde³⁴ e, de outro, com a desmoralização dos servidores do sistema público, com a consequente perda de interesse em cuidar da população: menor vontade de cultivar vínculos com ela, aumento da mediocridade e, por fim, enfraquecimento da gratuidade e aumento da corrupção.

No entanto, uma análise por país revela um impacto heterogêneo no número de óbitos, com um primeiro grupo de países com taxas de mortalidade muito elevadas (superiores a 2.000 por milhão)³⁵, um segundo grupo com taxas intermediárias (de 1.500 a 2.000 por milhão)³⁶ e um último com taxas mais baixas (menos de 1500 por milhão)³⁷. As ações de saúde mais efetivas, pautadas no cuidado com enfoque epidemiológico³⁸, mostram o papel crítico de uma Atenção Primária à Saúde (APS) integral articulada com a ação intersetorial e a proteção social do Estado, agregando a comunidade como protagonista. Nesse cenário, uma futura renovação da APS exigirá maior atenção às necessidades estruturais e operacionais dos sistemas de saúde; entre eles, acesso, justiça econômica, adequação e sustentabilidade de recursos, compromisso político e desenvolvimento de sistemas que garantam a qualidade do atendimento.

O modelo proposto para reverter a crise atual deve integrar os seguintes componentes de intervenção na comunidade, incorporando a saúde pública na atenção primária. Os quatro primeiros, na linha de atender e prevenir o desamparo em sua manifestação mais grosseira (por exemplo, falta de serviços, medicamentos ou atendimento de qualidade), e as seguintes mais voltadas para a integralidade da atenção à saúde.

1. Atenção integral à saúde, centrada na pessoa, na família e na comunidade.
2. Proteção da saúde pública, que expressa a indissolubilidade entre saúde individual e saúde coletiva.

III. ESTRATÉGIAS DE SAÍDA PARA A SITUAÇÃO LATINO-AMERICANA

3. Apoio à prestação de cuidados familiares e sociais realizados na comunidade.
4. Cuidados de primeiro contato. A equipe de saúde responsável é responsável pela gestão do cuidado e da atenção durante todo o processo em todos os níveis do sistema de saúde.
5. Integralidade do atendimento. É a atenção voltada para a pessoa, sua família e a comunidade, que inclui ações de promoção da saúde, prevenção e recuperação de doenças, reabilitação de danos e declínio funcional das pessoas.
6. Continuidade do cuidado. O cuidado não se restringe à atenção do episódio, mas ao cuidado da pessoa de forma integral segundo três dimensões: ao longo do tempo, a continuidade da comunicação e informação entre profissional e paciente, e a continuidade relacional entre profissional e paciente, família e comunidade.
7. Coordenação do cuidado. Ocorre em todo o sistema, conforme demanda do problema do paciente, pelo profissional de primeiro contato.

ii. DIMENSÃO DA SEGURIDADE ALIMENTAR

Com relação ao problema da fome e da desnutrição, uma leitura a partir da abordagem das capacidades chama a atenção para a real capacidade das pessoas de ter acesso aos alimentos e benefícios à saúde e ampliação das alternativas de desenvolvimento pessoal e coletivo que dela derivam. Essa capacidade é influenciada não apenas pela possibilidade de compra de alimentos, mas também pela qualidade dos alimentos disponíveis, hábitos de consumo na família e as normas que ditam quem come dentro de casa. A abordagem também acrescenta a necessidade de uma leitura cuidadosa das necessidades nutricionais que são particulares de cada indivíduo, de acordo com características como idade, condição física ou religião professada³⁹.

A América Latina tem uma vasta tradição ligada à implementação de estratégias voltadas para a fome e a desnutrição, embora com impactos ambivalentes. Iniciativas como transferências monetárias, programas de alimentação escolar, programas de assistência alimentar e apoio agrícola têm se mostrado eficazes na redução de formas extremas de precariedade e desamparo: reduzem a mortalidade materna e infantil, aumentam a disponibilidade de alimentos nos domicílios, reduzem formas mais graves de insegurança alimentar e possibilitam a melhoria dos indicadores antropométricos das crianças. Em determinadas condições, porém, podem contribuir para novos indicadores

III. ESTRATÉGIAS DE SAÍDA PARA A SITUAÇÃO LATINO-AMERICANA

de desnutrição; especificamente, sobrepeso e obesidade na população adulta e infantil. De resto, a ajuda alimentar proposta por estas iniciativas infelizmente não atinge as causas profundas da fome e da desnutrição e, se continuar ao longo do tempo, corre o risco de normalizar situações de iniquidade e, não extremas, de desamparo.

Nesse cenário, a COVID-19 representou uma ameaça à segurança alimentar na região, que já havia se deteriorado. Estima-se que em 2014 a fome afetou 38,5 milhões de pessoas e é possível que este número se expanda para 59,7 milhões até 2020⁴⁰. A situação tem impacto diferenciado de acordo com o gênero, além disso, 41,8% das mulheres sofreram algum grau de insegurança alimentar em 2020, contra 32,2% no caso dos homens⁴¹. Tudo isso em uma região que exporta alimentos frescos para o mundo, que paradoxalmente não parou sua produção nem nos momentos mais complicados da pandemia.

“A ajuda alimentar não atinge as causas profundas da fome e da desnutrição e, se continuar ao longo do tempo, corre o risco de normalizar situações de iniquidade.”

Foram muitas e muito diversas as propostas de movimentos sociais, sociedade civil, organizações internacionais e governos nacionais e locais para lidar com essa situação. A sensibilização e a inserção do tema da fome na agenda pública e política têm sido significativas, mas as respostas continuam limitadas diante da gravidade e amplitude dos desafios. As mudanças têm que ser rápidas e sistêmicas se pretendermos continuar avançando na humanização da região: revertendo situações de injustiça e violação de

direitos, rumo à alimentação adequada na América Latina. É necessária a realização de amplos acordos entre os diferentes atores e setores.

Em sintonia com os acentos colocados pela abordagem das capacidades, a solução está em pensar e desenhar estratégias vinculadas à disponibilidade e acesso à alimentação adequada, além de dois aspectos fundamentais: reconhecer a fome como consequência direta da pobreza e como resultado da privação de outras capacidades básicas (por exemplo, saúde, educação nutricional, posse da terra e da água). Reverter os *desertos alimentares*, onde as pessoas têm pouca ou nenhuma disponibilidade de opções de alimentos saudáveis e acessíveis, é primordial. A comida não pode ser vista ou valorizada como mercadoria, porque a comida é um bem comum.

III. ESTRATÉGIAS DE SAÍDA PARA A SITUAÇÃO LATINO-AMERICANA

Pensar em acesso, especificamente, implica considerar a necessidade de propor mudanças profundas nos sistemas alimentares da região. A agricultura intensiva ameaça o meio ambiente, enquanto os recursos naturais básicos para a produção sustentável de alimentos estão ameaçados: água e terra. A utilização de sistemas de produção alternativos que garantam a sustentabilidade da vida atual e futura requer um suporte tecnológico que permaneça amigável ao meio ambiente. A forma de comercialização de alimentos, além disso, deve promover o direito dos indivíduos e dos povos à alimentação adequada: a distribuição e o comércio justo e equitativo de alimentos são urgentemente necessários.

Nessa linha, a incorporação nas políticas de segurança alimentar e nutricional o conceito de *soberania alimentar* é um pré-requisito essencial. Os movimentos sociais e, a partir daí, as pessoas que fazem uso de sua liberdade, desempenham um papel fundamental na definição de suas próprias políticas de produção agrícola, trabalhista, alimentar e de uso da terra – apropriadas do ponto de vista ecológico, social, ambiental, econômico e cultural. É preciso promover o desenvolvimento rural, baseado nos direitos sociais e coletivos e na justiça alimentar, juntamente com a identificação do conhecimento, da cultura, da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável. Além disso, não deve ser descartada a garantia de acesso a espaços de formação em questões nutricionais, especialmente para os mais vulneráveis dentro dos lares.

“Os movimentos sociais desempenham um papel fundamental na definição de suas próprias políticas de produção agrícola, trabalhista, alimentar e de uso da terra.”

O desafio continua sendo o de desenvolver um novo sistema que promova ações em prol do desenvolvimento sustentável e mudanças estruturais que gerem oportunidades: nascer, crescer e viver com saúde e com um padrão de vida digno, com liberdade, dignidade, justiça e respeito para si e para os demais⁴². A ajuda diante de uma crise como a atual deve ajudar a libertar as populações de dependências inadequadas, gerar capacidades e prevenir novas situações ou condições negativas.

Mais especificamente, as estratégias alimentares devem basear-se nos seguintes princípios orientadores, independentemente das particularidades das regiões, países e territórios. A intenção é, dada a preocupação com a redução do desamparo, posicionar a promoção de processos libertadores e de humanização que se manifestam no próprio ato de comer e ser saudável.

III. ESTRATÉGIAS DE SAÍDA PARA A SITUAÇÃO LATINO-AMERICANA

1. Posicionar a questão alimentar na agenda pública e política, entendendo que os processos de mudança também deverão, hoje mais do que nunca, ser impulsionados pela ação coletiva e pela sociedade organizada. Não há estratégia alimentar latino-americana possível sem a participação de todos os membros da comunidade e sem um projeto coletivo.
2. As decisões alimentares no campo político e econômico devem ser marcadas pela empatia e comprometimento. Embora nenhum momento do ciclo de vida possa ser negligenciado, um farol deve ser aqueles que sofrem de desnutrição, especialmente grupos altamente excluídos, crianças, mulheres, indígenas e jovens.
3. Os programas e políticas alimentares exigem ações com respostas alimentares que levem em conta a multidimensionalidade da vida das pessoas: liberdade econômica, social, cultural, política, espiritual e humana. Programas e políticas públicas têm papel central em suas ações, informando e conscientizando, promovendo ou incentivando formas saudáveis de consumo, criando marcos legais e regulatórios. Promovendo, por sua vez, novas formas de produção, distribuição, comercialização e consumo, incentivando mudanças nos ambientes alimentares e apoiando iniciativas locais, gerando espaços de governança em uma perspectiva integral. As políticas alimentares devem ser promovidas a partir de melhorias nas dimensões sanitária, ambiental e política. A distribuição desigual da terra e dos recursos naturais torna a alimentação um ato político.
4. A forma como a maioria dos alimentos é produzida está interligada com os danos ao meio ambiente em nossa região, com consequências para as gerações presentes e futuras; a resposta aos desafios ecológicos individuais não pode ser separada dos desafios ecológicos da comunidade. As políticas promovidas na região expõem a necessidade de um sistema alimentar que possa atender às crescentes necessidades alimentares da região e do mundo sem afetar negativamente o meio ambiente.
5. Impulsionar a ação contra a fome e a desnutrição requer a plena participação de todos os envolvidos com um compromisso ético e político.

iii. DIMENSIÓN DEL TRABAJO Y DEL EMPLEO

A ênfase em colocar cada pessoa como um fim em si mesmo e em definir seu bem-estar em termos de ampliação das liberdades individuais também nos obriga a

III. ESTRATÉGIAS DE SAÍDA PARA A SITUAÇÃO LATINO-AMERICANA

reconfigurar o lugar que o trabalho e o emprego ocuparam tradicionalmente nos discursos sobre desenvolvimento. Explicar e lidar com o desemprego a partir de uma abordagem de empregabilidade muitas vezes nos coloca sob uma lógica de competição, que acaba por colocar a responsabilidade final no trabalhador e deixar de lado a responsabilidade de agir no âmbito das estratégias e políticas macroeconômicas. Migrar para uma abordagem de competências, pelo contrário, implica em conceber e promover o emprego numa lógica de "quadros e acordos coletivos"⁴³, incluindo a prestação universal de serviços sociais básicos⁴⁴.

Na América Latina, a crise provocada pela pandemia também afetou o emprego, e com pronunciada gravidade. Esta tem sido a região com a maior redução de horas de trabalho no mundo; pelo menos 16,2% entre 2019 e 2020, em comparação com os 8% observados globalmente no mesmo período⁴⁵. A recuperação até 2022 parece desigual e incompleta, em sentido contrário, em que 70% dos empregos recuperados continuam informais e muitos dos que deixaram de trabalhar não voltaram a fazê-lo desde então⁴⁶. A obsolescência profissional é um elemento a considerar. Nesse sentido, atender e promover o emprego na região deve começar por reconhecer que a situação atual não é apenas consequência da pandemia. Enfrentar as causas estruturais da precarização laboral exige repensar a própria natureza do emprego e do trabalho, o seu lugar na sociedade e a sua contribuição para a garantir a dignidade da pessoa de forma integral e do trabalhador em particular.

Hoje, o status do direito ao emprego e a responsabilidade da sociedade de ampliar as oportunidades de realização pessoal e coletiva é menos importante do que o direito à propriedade. Enquanto, para estes, a sociedade se compromete a proteger a propriedade de quem conseguiu obtê-la em sua atividade econômica ou por herança, de acordo com as constituições vigentes, o mesmo não acontece com o emprego. Não há obrigação social de fornecê-lo. Embora a liberdade de não ser obrigado a escolher um determinado cargo seja uma conquista social muito valiosa no que diz respeito aos regimes de servidão —e, mais ainda, de escravidão—, a liberdade de despedir e descartar são elementos centrais da disciplina social da ordem capitalista.

“Migrar para uma abordagem de competências implica em conceber e promover o emprego numa lógica de "quadros e acordos coletivos" , incluindo a prestação universal de serviços sociais básicos .”

III. ESTRATÉGIAS DE SAÍDA PARA A SITUAÇÃO LATINO-AMERICANA

Nesse cenário, é preciso iniciar enfatizando a distinção entre *trabalho*, como atividade e condição humana, e *emprego*, como contrato transacional, com contribuição independente para a possibilidade de satisfação de funções básicas como alimentação e vida. O trabalho humano não pode ser considerado mercadoria ou mero instrumento da cadeia produtiva de bens e serviços; os requisitos de acesso ao trabalho, por essas razões, não podem ser reduzidos unicamente à capacidade ou condição da pessoa. Promover a afirmação dos direitos sócio-laborais como elemento atrelado à

“O trabalho humano não pode ser considerado mercadoria ou mero instrumento da cadeia produtiva de bens e serviços; os requisitos de acesso ao trabalho não podem ser reduzidos unicamente à capacidade ou condição da pessoa.”

produtividade é um primeiro passo para garantir e promover a dignidade inerente a cada pessoa⁴⁷, independentemente da sua situação laboral. Com base nesse pressuposto, pensar o futuro do emprego e do trabalho considerando a centralidade da pessoa implica pensar em pelo menos quatro espaços para o exercício da liberdade do trabalhador: (i) liberdade de se empregar ou não, (ii) liberdade de negociar as regras e regulamentos de contratação e, trabalho, na própria atividade e categoria profissional, (iii) liberdade para prosperar em um emprego com condições de qualidade e (iv) liberdade para usufruir dos resultados e frutos do seu trabalho (por exemplo, salários, benefícios) em combinação com a garantia dos seus direitos civis.

Um primeiro grande passo nessa direção está no desenvolvimento de estratégias destinadas a gerar um nível mínimo de proteção contra a vulnerabilidade e o desamparo⁴⁸. A discussão em torno da instalação de uma *renda básica inserida* em um sistema de proteção social ao longo do ciclo de vida não é exclusiva das deliberações em torno do trabalho e muito menos decorre da abordagem em torno das capacidades. O debate sobre o tema deve romper com o critério ultrapassado de associar o direito à convivência social com a suposta contribuição econômica do trabalho realizado individualmente e, nessa medida, baseia-se no mérito independente da natureza coletiva da atividade de trabalho e, assim, de o cuidado da dignidade humana nas relações de mercado. Além disso, espera-se que o instrumento de entrada condicionada tenha um impacto favorável nos cenários trabalhistas. Do lado da indústria, as expectativas são o que contribui para a eventual reestruturação e autonomia dos funcionários de baixa remuneração, que podem começar a parecer menos interessantes à luz de uma renda

III. ESTRATÉGIAS DE SAÍDA PARA A SITUAÇÃO LATINO-AMERICANA

básica garantida. Do lado do trabalhador, essa renda serviria para auxiliá-lo em períodos de transição marcados pela busca de um novo emprego ou pela necessidade de qualificação para novas opções de trabalho⁴⁹.

Em relação ao mundo do emprego, uma boa política de empregabilidade deve levar em conta três aspectos: (a) a geração de diversas oportunidades de emprego de qualidade; (b) o desenvolvimento de espaços que lhe permitam negociar e influenciar as estratégias de emprego desenhadas, e (c) o desenvolvimento de competências e ferramentas úteis ao trabalhador, incluindo recursos materiais e meios para uma "maior capacidade de ação"⁵⁰.

Em primeiro lugar, são necessárias reformas estruturais nos mercados de trabalho destinadas a aumentar o número de empregos disponíveis, que por sua vez partem da configuração de um contexto social que os torna mais inclusivos profissional e socialmente⁵¹. Os processos para conseguir empregos com salários dignos estão condicionados não apenas pela educação ou formação, mas também pelas condições estabelecidas no mercado de trabalho, que podem funcionar como situações facilitadoras ou como obstáculos. O papel do desenvolvimento local e sub-regional na geração de emprego é importante; Facilita a diversificação das formas de vinculação às cadeias de valor locais, nacionais, regionais e globais que mostram o tipo de economia política que se instala para gerar riqueza, distribuição e bem-estar. O lugar da América Latina e do Caribe no comércio e na economia global é de suma importância⁵².

“Um primeiro grande passo nessa direção está no desenvolvimento de estratégias destinadas a gerar um nível mínimo de proteção contra a vulnerabilidade e o desamparo.”

Além disso, tanto as formas de apropriação dos frutos do trabalho quanto as transformações tecnológicas exigem novos conhecimentos e sua constante atualização. É preciso colocar os processos educativos em diálogo com o envolvimento dos atores e a priorização de recursos nos setores menos privilegiados. As medidas a serem estabelecidas precisam ser proporcionais à maior ou menor condição de autonomia para que as pessoas alcancem o desenvolvimento de suas capacidades no contexto local, social e comunitário.

III. ESTRATÉGIAS DE SAÍDA PARA A SITUAÇÃO LATINO-AMERICANA

Por fim, partir da dimensão social e da cooperação entre as pessoas é a base para que as medidas a serem realizadas não se reduzam apenas à oferta e demanda da força de trabalho nos mercados ou à imposição das leis que devem fazer cumprir o Estado e que, por outro lado, encontre uma sociedade ativa e sustentável para uma inclusão equitativa. Nesse ponto, é importante mencionar a desigualdade de gênero que afeta as mulheres. Somado à maior dificuldade que encontram para se reinserir no trabalho formal e informal após a pandemia está o aumento de unidades de atendimento não remunerado. Acrescentam-se dinâmicas de discriminação étnico-raciais que exacerbam as exclusões em função do gênero ou da zona de residência. É necessário articular as políticas de empregabilidade com instrumentos que gerem condições para seu acesso em condições dignas e um sistema de atenção — como pilar da proteção social — que favoreça o ingresso no mundo do trabalho com equidade.

Em suma, a dimensão subjetiva do trabalho é vital para uma correta compreensão de seu valor e dignidade⁵³. O trabalho humano também tem uma dimensão social, como atividade criativa e inovadora que se conecta com a de outras pessoas; Como destaca Francisco, "os frutos do trabalho oferecem oportunidades de troca, relacionamento e encontro"⁵⁴. Tais relações, juntamente com a saúde e a nutrição, compõem os três aspectos considerados centrais na prática de Jesus e nesta proposta de preparação para o futuro. Estamos caminhando para um mundo de relações

“A intrínseca relação entre cuidado, trabalho e meio ambiente deve nos levar a redefinir o cuidado em saúde e educação como parte do mesmo ciclo de produção e reprodução, com os seus respectivos impactos orçamentários.”

aceleradas que devem se afirmar na alteridade e na reciprocidade para garantir a dignidade básica, a igualdade e a inclusão dinâmica e não excludente dentro da comunidade humana, e ela como parte da natureza. O paradigma da produtividade é questionado para dar lugar a ideias de inovação social e valorização do trabalho a partir da concepção integral que faz a pessoa humana. A intrínseca relação entre cuidado, trabalho e meio ambiente, além disso, deve nos levar a redefinir o cuidado em saúde e educação como parte do mesmo ciclo de produção e reprodução — e da vida em sociedade em última instância—, com os seus respectivos impactos orçamentários⁵⁵.

III. ESTRATÉGIAS DE SAÍDA PARA A SITUAÇÃO LATINO-AMERICANA

Traduzir essas propostas para mudanças concretas requer Estados sociais que garantam direitos de acordo com as profundas transformações das estruturas de risco social e mudanças agudas nas relações econômicas, o desafio ambiental e a digitalização dos modos de trabalhar, produzir, trocar, consumir e habitar. Como afirmado na Nota Conceitual "Trabalho para Todos" do Dicastério para a Promoção do Desenvolvimento Humano Integral, este é um tema estruturante para superar injustiças, desigualdades e exclusões no desenvolvimento humano integral de indivíduos, grupos e povos. Inspirado, como citado no *Fratelli tutti*:

Numa sociedade verdadeiramente desenvolvida, o trabalho é uma dimensão inalienável da vida, pois não é apenas uma forma de ganhar o pão, mas também um canal de crescimento pessoal, de estabelecer relações saudáveis, de se expressar, de partilhar dons, de sentir-se corresponsável na melhoria do mundo e, em última análise, viver como um povo.⁵⁶

Algumas das possíveis diretrizes para realizar as reformas propostas são as seguintes; a primeira visando a geração de um piso mínimo na proteção da dignidade da pessoa independentemente de sua capacidade produtiva, e as seguintes com vistas à promoção do emprego de qualidade, inserido na vida social em que convive.

1. Garantir rendas básicas articuladas com os sistemas de proteção e seguridade social permite assegurar uma condição inicial de autonomia para que as pessoas exerçam sua liberdade e um melhor posicionamento frente aos mercados de trabalho.
2. O territorial em seus diferentes níveis local e sub-regional, somado ao ambiental e cultural, são espaços privilegiados para o desenvolvimento de iniciativas de diferentes formas de emprego. Nesse sentido, adquirem importância as modalidades de economia social e comunitária, a economia circular e o emprego para o cuidado. Da mesma forma, as diferentes iniciativas que se articulam em cadeias de valor que buscam o equilíbrio entre produção e distribuição.
3. A regulação do trabalho exige pactos e diálogos sociais que favoreçam, por meio da negociação coletiva, compromissos que dinamizem as garantias de

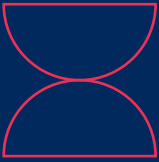
III. ESTRATÉGIAS DE SAÍDA PARA A SITUAÇÃO LATINO-AMERICANA

bem-estar básico para todas as pessoas. Deve ser apoiado em um sistema de cuidados como o quarto pilar da proteção social.

4. Deve-se buscar novas regulamentações que protejam o trabalhador ao repensar a jornada semanal, fortalecendo o tempo livre e o cuidado em sociedade. Isso não deveria depender apenas de recursos, mas de modelos de convivência.
5. A redução da informalidade deve garantir estabilidade e direitos, retirando a precariedade da base social, mantendo a mobilidade e o dinamismo nos setores de inovação.
6. Em relação ao emprego virtual, é necessário superar um sistema de trabalho de disponibilidade total, reivindicando um novo direito que é o de desconexão.

III. ESTRATÉGIAS DE SAÍDA PARA A SITUAÇÃO LATINO-AMERICANA

7. Devem ser geradas propostas para populações em situação de maior vulnerabilidade por sua condição étnico-racial, deficiência e condição etária.
8. É necessário desenvolver propostas para diminuir a desigualdade laboral, salarial e assistencial entre mulheres e homens para avançar em direção a uma sociedade de corresponsabilidade e decuidado com a igualdade substantiva de gênero entre as pessoas.





IV. CONCLUSIONES

Na busca de soluções integrais e criativas promovidas pelo Dicastério para o Serviço de Desenvolvimento Humano Integral, tentamos contribuir modestamente para o fortalecimento do processo de humanização em curso no subcontinente latino-americano e para questionar a indiferença que se expressa no extraordinário desamparo e a desigualdade que caracteriza a região. Essa indiferença tem suas raízes em uma cultura que traz de longe uma ampla gama de iniquidades, de formas de ignorar a dignidade de pessoas e grupos invisíveis, considerados socialmente insignificantes, descartáveis na economia e no debate público. Sob o termo desigualdade na América Latina e no Caribe, há uma tendência a se referir ao poder aquisitivo das famílias, mas, cada vez mais, à multifacetada gama de aspectos da vida em que se destacam as grandes desigualdades existentes e a discriminação étnica, linguística, entre outras.

A experiência da pandemia do COVID-19 colocou em maior evidência a desconexão entre governantes e governados e o despreparo para atender às necessidades urgentes do momento, bem como a incapacidade de mobilizar a sociedade para colocar em prática as soluções adequadas. Abandonados à sua sorte e provável morte, muitos só puderam aceitar passivamente, recorrendo aos serviços gratuitos e ao valor dos laços afetivos, familiares e de vizinhança. Da mesma forma,

IV. CONCLUSIONES

assumir submissamente o papel atribuído com excessiva verticalidade pela autoridade durante as quarentenas e assim suportar o desamparo, a impotência e a solidão. Impossível de resolver, mesmo com o poder do dinheiro.

Entre as conclusões alcançadas, destacam-se: (i) a necessidade imperiosa de potencializar e assegurar a continuidade de sistemas de saúde universais, gratuitos e de qualidade, capazes de não deixar ninguém de fora, nem em condições normais nem em emergências; (ii) a urgência de implementar mecanismos institucionais eficazes para obter alimentos nutritivos, ao longo do ciclo de vida, e (iii) a urgência de estabelecer garantias de segurança social, laboral e assistencial que tornem a produtividade da pessoa independente da capacidade de viver com dignidade. Nas últimas décadas, a crescente mercantilização dos serviços públicos de qualidade distancia os mais pobres e obriga as classes médias a fazerem uso de serviços sobranceiros. Reservadas estas que não seriam necessárias se houvesse serviços públicos de qualidade universal e proteção e seguridade social.

“A normalidade do passado não é uma opção aceitável. Entre as soluções é inevitável promover mudanças estruturais que reduzam as diversas desigualdades que se reforçam mutuamente.”

A normalidade do passado não é uma opção aceitável. Portanto, entre as soluções é inevitável promover mudanças estruturais que reduzam as diversas desigualdades que se reforçam mutuamente e as tornem inexpugnáveis e socialmente aceitas como algo natural. Nos termos do Papa Francisco, há uma necessidade urgente de um humanismo que "devolva a dignidade aos excluídos", reconhecendo o caráter indissociável dos contextos humano e ambiental⁵⁷. Para isso, as mudanças nas estruturas são tão importantes quanto a transformação dos corações e das mentalidades, que juntas deem forma a novas formas de fazer política e de construir e consolidar instituições estatais, sociais e de mercado.

A garantia da integralidade das transformações em curso na América Latina se baseará, em grande parte, no reconhecimento das mobilizações sociais como *sinais dos*

IV. CONCLUSIONES

tempos. O encontro de movimentos populares em 2021 começou com o Papa Francisco os reconhecendo como atores com visão de futuro e compromisso, como poetas sociais e samaritanos coletivos, forjadores de dignidade para os seus territórios. A sua visão e estratégia, formuladas à margem de uma história e de uma sociedade muitas vezes injustas e desiguais, permitem-lhes imaginar um futuro fraterno e livre para todo o continente⁵⁸. A experiência dos últimos dois anos sugere que a mobilização social das novas gerações é capaz de expressar a insuficiência da velha normalidade e de abrir caminhos transformadores que levem a mudanças efetivas. A América Latina não quer voltar aos tempos pré-pandemia e aos poucos forja um novo futuro voltado para maior equidade e cuidado mútuo⁵⁹.

A Igreja, em diálogo com todos aqueles que valorizam a realização do bem comum, correspondendo ao que deve ser feito na perspectiva da integralidade e humanização e contra a indiferença, tem o papel de estimular as ações e sugerir propostas que o Dicastério para o Desenvolvimento Humano Integral assumiu no contexto da COVID-19. Esperamos que a Task Force Latinoamérica tenha respondido, em certa medida, a essa solicitação.

“A experiência dos últimos dois anos sugere que a mobilização social das novas gerações é capaz de expressar a insuficiência da velha normalidade e de abrir caminhos transformadores que levem a mudanças efetivas”

NOTAS

- 1 Comissão do Vaticano COVID-19, Preparando o futuro. Relatório Anual 2020 (Cidade do Vaticano: Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral, 2021).
- 2 Para a humanização, uma referência obrigatória é Paulo VI, *Populorum progressio* (encíclica promulgada em 26 de março de 1967), https://www.vatican.va/content/paul-vi/es/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.pdf. Por indiferença, é Francisco, “Novas formas de fraternidade em solidariedade, inclusão, integração e inovação” (discurso na Pontifícia Academia das Ciências Sociais), Boletim da Sala de Imprensa da Santa Sé, 5 de fevereiro de 2020, <https://press.vatican.va/content/salastampa/es/bollettino/pubblico/2020/02/05/acade.html>.
- 3 Para aprofundar a ligação entre a depredação ambiental e as ameaças contra os povos indígenas, ver Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a Região Pan-Amazônica, “Capítulo I. Amazônia: da escuta à conversão integral”, no Documento Final do Sínodo Especial para a Amazônia, <http://secretariat.synod.va/content/sinodoamazonico/es/documentos/documento-final-de-la-asamblea-especial-del-sinodo-de-los-obispos.html>.
- 4 Jean Drèze e Amartya Sen, *Fome e Ação Pública. Estudos mais amplos em desenvolvimento econômico* (Oxford: Oxford University Press; Clarendon Press, 1989).
- 5 Esta hipótese é retirada de Javier Iguíñiz, “Incerteza e caminhos de igualdade na pandemia”, in eds. Javier Iguíñiz e Jhonatan Clausen, *COVID-19 & crise do desenvolvimento humano na América Latina*, (Lima: Instituto para o Desenvolvimento Humano da América Latina da Pontifícia Universidade Católica do Peru, 2021).
- 6 A equipe executiva da Força-Tarefa América Latina que desenvolveu este documento é composta por Javier Iguíñiz Echeverría (diretor executivo), Nelson Villarreal Durán (coordenador regional) e Elena Caballero Calle (coordenadora da PUCP).
- 7 Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial (BM).
- 8 Organização Internacional do Trabalho (OIT).
- 9 Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO).
- 10 Sabina Alkire, “Desarrollo humano: definiciones, críticas y conceptos relacionados” (Documento de trabajo de OPHI n.º 36, Iniciativa de Oxford sobre pobreza y desarrollo humano, Universidad de Oxford, mayo, 2010), https://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHI_WP36.pdf.
- 11 Na 'linguagem' da abordagem das capacidades, o que, sendo valorizado, alcança o ser e o fazer é definido como funcionamentos, e a combinação de múltiplos funcionamentos em estruturas de oportunidades efetivas — e desejadas — é definida como capacidades.
- 12 A Assembleia Eclesial da América Latina e do Caribe, que acontece desde 2021, expressa a diversidade de práticas e compromissos das comunidades cristãs que são desafiadas em suas realidades locais.

NOTAS

- 13 Pablo VI, *Populorum progressio*, p. 20.
- 14 Esta visão tem paralelos valiosos com a proposta de libertação integral do Padre Gutiérrez.
- 15 Michael Czerny, "Teologia da Libertação: 'Suas folhas nunca murcham' (Salmo 1)", em *Memória, Presença e Futuro. Aos 50 anos de Teologia da Libertação*, coords. Andrés Gallego, Carmen Lora e Pedro De Guchteneere (Lima: Centro de Estudos e Publicações, 2021), 429.
- 16 Entendidos como homens e mulheres.
- 17 Para referência, ver Séverine Deneulin, *Human Development and the Catholic Social Tradition. Rumo a uma Ecologia Integral* (Londres: Routledge Focus, 2021); Christian Hodge et al., "Desenvolvimento Humano Integral e Sustentável: Diálogos entre Sen-PNUD e Pensamento Social Católico Contemporâneo", *Teologia e Vida* 59, no. 3 (novembro de 2018): 399-430, <https://doi.org/10.4067/s0049-34492018000300399>.
- 18 Pablo VI, *Populorum progressio*, párr. 33.
- 19 André Hubert Robinet, "Caritas in veritate. Apresentação da teologia", *Cadernos de Teologia* 1, n. 2 (2009): 86-101, <https://doi.org/10.22199/S07198175.2009.0002.0001>.
- 20 Samuel Fernández Eyzaguirre, "El logos de la caridad", em "Reflexiones sobre la encíclica Caritas in veritate", Pontificia Universidad Católica de Chile, *Humanitas* 25, nro. 3 (abril, 2012): 15-19, https://observatorio.campus-virtual.org/uploads/30545_CH25_Caritas.pdf.
- 21 Manuel Reyes Mate, "La fraternidad de Francisco, un valor cristiano subversivo", em "Dossier sobre la encíclica Fratelli tutti", Universidad de San Isidro, *Poliedro* 3, nro. 7 (diciembre, 2020): 329-34, <https://www.usi.edu.ar/wp-content/uploads/2021/02/Dossier-sobre-la-enc%C3%ADclica-Fratelli-Tutti.pdf>.
- 22 Francisco, *Laudato Si'* (encíclica promulgada em 24 de maio de 2015), par. 218, https://www.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_encyclica-laudato-si_sp.pdf.
- 23 Francisco, *Fratelli tutti* (encíclica promulgada em 3 de outubro de 2020), par. 231, https://www.vatican.va/content/francesco/es/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_encyclica-fratelli-tutti.pdf.
- 24 Francisco, *Fratelli tutti*, p. 164.
- 25 Francisco, *Discurso do Santo Padre* (pronunciado em 9 de julho de 2015 no II Encontro Mundial de Movimentos Populares), https://www.vatican.va/content/francesco/es/speeches/2015/july/documents/papa-francesco_20150709_bolivia-movimenti-popolari.pdf.
- 26 Para um relato extenso, mas não exaustivo, veja Hodge, "Integral and Sustainable Human Development".

NOTAS

- 27 Deneulin, *Desenvolvimento Humano e a Tradição Social Católica*.
- 28 Para mais detalhes ver Mario Bergara, *As novas regras do jogo no Uruguai: incentivos e instituições em uma década de reformas* (Montevideu: Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da República, 2016); Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, *Panorama Fiscal da América Latina e do Caribe 2021: os desafios da política fiscal na recuperação transformadora pós-COVID-19* (Santiago de Chile: CEPAL, 2021), https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46808/1/S2100170_es.pdf; Latindadd, *agora ou nunca: impostos sobre riqueza e grandes fortunas na América Latina e no Caribe* (Lima: Latindadd, 2020), <https://impuestosalariqueza.org/wp-content/uploads/2020/12/Informe-Impuestos-to-the-Wealth.pdf>; Esmé Berkhout et al., *The Inequality Virus: Rebuilding a world devastated by coronavirus through an Equitable, Just and Sustainable Economy* (Oxfam, 2021), <https://www.oxfam.org/reports/the-virus-of-inequality>.
- 29 Os pesquisadores responsáveis por cada documento foram Eugenio Villar (saúde), Alejandra Girona (segurança alimentar) e Nelson Villarreal Durán (emprego e trabalho).
- 30 Uma parte importante desses documentos envolveu a revisão sistemática das iniciativas implementadas na América Latina para enfrentar os problemas de cada dimensão, utilizando a metodologia de revisão rápida.
- 31 Amartya Sen, “Objectivity, Health and Policy”, em eds. Monica Das Gupta, Lincoln C. Chen y T. N. Krishnan, *Health, Poverty and Development in India* (Delhi: Oxford University Press, 1996), 25.
- 32 A inícios del siglo XXI, la Organización Mundial de la Salud crea la Comisión de Determinantes Sociales de la Salud (CDSS), que parte de un esquema general de la determinación social de la enfermedad que coincide y recupera el enfoque de la epidemiología social europea.
- 33 “COVID-19 Dashboard”, Coronavirus Resource Center, Johns Hopkins University, <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>.
- 34 Javier Iguíñiz, “Deuda externa y políticas de salud”, en *Economía y derechos sociales. Ensayos* (Lima: Instituto Bartolomé de las Casas; Centro de Estudios y Publicaciones, 2002).
- 35 Perú, Brasil, Argentina, Colombia, Paraguay, México.
- 36 Chile, Ecuador, Uruguay, Panamá, Bolivia.
- 37 Costa Rica, Honduras, Guatemala, Cuba, El Salvador, República Dominicana.
- 38 A estratégia seguida nesta abordagem baseou-se na busca ativa de suspeitos e localização de contactos através de visitas domiciliares. O isolamento obrigatório e a quarentena de todos os casos em centros de atendimento e isolamento ou hospitais também foram emitidos. Uma característica comum dos sistemas de saúde que alcançaram a implementação dessa estratégia é que, no passado, promoveram reformas sanitárias focadas no fortalecimento do primeiro nível de atenção e na implementação de atenção primária integral à saúde com enfoque de saúde

- da família.
- 39** Afirman Burchia y De Muro: “La influencia de Sen es visible en dos importantes definiciones de seguridad alimentaria: ‘Todas las personas en todo momento tienen acceso tanto físico como económico a los alimentos básicos que necesitan’ (FAO, 1983), y ‘Acceso de todas las personas en todo momento a suficientes alimentos para una vida activa y saludable’ (Banco Mundial, 1986: 1)”. Francesco Burchi y Pasquale De Muro, “From food availability to nutritional capabilities: Advancing food security analysis”, *Food Policy* 60 (abril, 2016): 10-19, <https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2015.03.008>, p. 13.
- 40** Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura, América Latina y el Caribe. Panorama regional de la seguridad alimentaria y nutricional 2021: estadísticas y tendencias (Santiago de Chile: FAO, 2021), https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/55239/foodsecurityreport2021_spa.pdf?sequence=5&isAllowed=y.
- 41** Ibid.
- 42** Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, Informe sobre el desarrollo humano en Venezuela, 2000: caminos para superar la pobreza (Caracas: PNUD, 2001).
- 43** Michael Orton, “Flourishing Lives: The Capabilities Approach as a Framework for New Thinking about Employment, Work and Welfare in the 21st Century”, *Work, Employment and Society* 25, nro. 2 (junho, 2011): 352-360, <https://doi.org/10.1177/0950017011403848>.
- 44** Essa visão não implica o desaparecimento de responsabilidades e restrições do ponto de vista do trabalhador, mas sim uma construção justa e negociada delas.
- 45** Organização Internacional do Trabalho, Panorama laboral 2021. América Latina y el Caribe (Lima: Oficina Regional para América Latina y el Caribe de la OIT, 2021), <https://mexico.un.org/sites/default/files/2022-02/panorama%20laboral%20ALC%202021.pdf>.
- 46** Organização Internacional do Trabalho, Emprego Mundial e Perspectivas Sociais. Trends 2022 (OIT, 2002), https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_848464.pdf.
- 47** Sobre esse assunto, João Paulo II explica: Isso não significa que o trabalho humano, do ponto de vista objetivo, não possa ou não deva ser valorizado e qualificado de alguma forma. Significa apenas que o primeiro fundamento do valor do trabalho é o próprio homem, seu sujeito. A isto está imediatamente ligada uma consequência muito importante de natureza ética: é verdade que o homem está destinado e chamado ao trabalho; mas, antes de tudo, o trabalho é “em função do homem” e não o homem “em função do trabalho”. João Paulo II, *Laborem exercens* (encíclica promulgada em 14 de setembro de 1981), par. 6, https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/es/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_14091981_laborem-exercens.pdf.

NOTAS

- 48 Nelson Villarreal Durán, “Pensando el desarrollo equitativo para el siglo XXI. Renta básica universal un derecho humano más”, en Renta básica universal (Montevideo: Universidad de la República, 2019).
- 49 Javier Iguñiz, “Ingreso básico para todos”, en Economía y derechos sociales. Ensayos (Lima: Instituto Bartolomé de las Casas; Centro de Estudios y Publicaciones, 2002).
- 50 Michael Orton, “Flourishing Lives”.
- 51 Jean-Michel Bonvin, “Promoting Capability for Work: The Role of Local Actors”, en eds. Séverine Deneulin, Mathias Nebel y Nicholas Sagovsky, Transforming Unjust Structures. The Capability Approach (Dordrecht: Springer, 2006), 121-42, <https://doi.org/10.1007/1-4020-4432-1>.
- 52 Ibid.
- 53 Nesse sentido, temos presente a mensagem Francisco, Aos participantes da 108ª sessão da Conferência da Organização Internacional do Trabalho (discurso proferido no Vaticano em 10 de junho de 2019), <https://www.caritasbisbatvic.cat/wp-content/uploads/2019/10/Confer%C3%Aancia-papa-Francisc-a-OIT.pdf>. Nela, afirma-se que a dignidade do trabalho e do trabalhador está vinculada ao socioecológico e ao duplo jogo do triplo T: Terra, Telhado e Trabalho, e tradição, tempo e tecnologia.
- 54 Francisco, A los participantes de la 108.
- 55 Emilce Cuda, “Work is care, porque é a atividade humana mais significativa”, The Future of Work, Labor After Ludato Si, junho de 2021, <https://futureofwork-labourafterlaudatosi.net/2021/06/03/work-%E2%80%93-cuidado-porque-%E2%80%93-a-atividade-humana-mais-significativa-4-june-2021-global/?lang=en>.
- 56 Francis, Fratelli tutti, par. 162.
- 57 Francisco, Laudato Si’, pág. 141.
- 58 Nelson Villarreal Durán, “Movimientos populares en diálogo con el papa Francisco”, La Diaria, octubre, 2021, <https://ladiaria.com.uy/opinion/articulo/2021/10/movimientos-populares-en-dialogo-con-el-papa-francisco/>.
- 59 Em relação a este tópico, ver Task Force Latin America, “Episodio 10: Detonantes de movilizaciones sociales en América Latina”, Preparando o futuro: diálogos regionais sobre estratégias de saída para COVID-19 na América Latina, podcast, <https://www.pucp.edu.pe/idhal/ep-10-detonantes-de-las-mobilizaciones-sociales-en-america-latina/>; Task Force Latin America, “Episódio 11: Visão do futuro nas mobilizações sociais na América Latina”, Preparando o futuro: diálogos regionais sobre estratégias de saída da COVID-19 na América Latina, podcast, <https://www.pucp.edu.pe/idhal/ep-11-visao-de-futuro-nas-mobilizacoes-sociais-da-america-latina/>.

COLABORADORES

Investigadores líderes de documentos temáticos

Documento Salud

Eugenio Villar (Perú)

Asistencia: Carlos Bardales (Perú)

Seguridad Alimentaria

Alejandra Girona (Uruguay)

Asistencia: Daniel Soto (Perú)

Empleo y Trabajo

Nelson Villareal (Uruguay)

Asistencia: Anette Malca (Perú)

Participantes de Encuentros Regionales

Encuentro sobre Salud

Eugenio Villar (Perú)

Carlos Batthyány (Uruguay)

Florencia Peña (México)

Elida Graziane (Brasil)

Encuentro sobre Seguridad Alimentaria

Alejandra Girona (Uruguay)

Suiany Zimmermann (Brasil)

Sofía Boza (Chile)

Carolina Feito (Argentina)

Laura Trujillo (México)

Encuentro sobre Empleo y Trabajo

Cristina Calvo (Argentina)

Atahualpa Perez Blanchet (Brasil)

Fiorella Mancini (México)

Cecilia López (Colombia)

Pablo Guerra (Uruguay)

Fabiola Zibetti-Wurst (Chile)

Encuentro sobre Movimientos Sociales

Araceli Farias (Chile)

Ricardo Galván (Colombia)

Maira Mejía (Colombia)



**IDHAL
PUCP**